

PROCESSO TCE Nº 124.311

ENTIDADE: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Acre - FAPAC

NATUREZA: Prestação de Contas

OBJETO: Prestação de Contas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Acre – FAPAC, referente ao exercício de 2016.

RESPONSÁVEL: Mauro Jorge Ribeiro

RELATORA: Cons.^a Dulcinéa Benício de Araújo

ACÓRDÃO Nº 10.898/2018

PLENÁRIO

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS. FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO ACRE. REGULARIDADE. ARTIGO 51, I, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL N. 38/93. NOTIFICAÇÃO
Constatada a regularidade das contas apresentadas, nos termos da Lei n. 4.320/64, e, ainda, na Resolução n. 87/2013, do Tribunal de Contas do Estado do Acre, aplica-se o artigo 51, I, da Lei Complementar Estadual n. 38/93.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **POR UNANIMIDADE**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, em: **1) APROVAR a PRESTAÇÃO DE CONTAS da FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO ACRE – FAPAC**, relativa ao exercício de 2016, de responsabilidade do **SR. MAURO JORGE RIBEIRO**, considerando-a **REGULAR** e **2) ARQUIVAR** o feito, após as formalidades de estilo. Ausente, justificadamente, o Excelentíssimo Senhor Conselheiro Valmir Gomes Ribeiro.

Rio Branco - Acre, 13 de setembro de 2018.

Conselheiro **RONALD POLANCO RIBEIRO**
Presidente do TCE/AC para o feito

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**
Relatora

Conselheiro **JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**

Conselheiro **ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS**

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**

Conselheira Substituta **MARIA DE JESUS CARVALHO DE SOUZA**

Fui presente:

SÉRGIO CUNHA MENDONÇA
Procurador-Chefe do MPC/TCE/AC

PROCESSO TCE N° 124.311

ENTIDADE: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Acre - FAPAC

NATUREZA: Prestação de Contas

OBJETO: Prestação de Contas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Acre – FAPAC, referente ao exercício de 2016.

RESPONSÁVEL: Mauro Jorge Ribeiro

RELATORA: Cons.^a Dulcinéa Benício de Araújo

RELATÓRIO

1. Tratam os autos da Prestação de Contas da **FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO ACRE – FAPAC**, relativa ao exercício de 2016, de responsabilidade do **SR. MAURO JORGE RIBEIRO**¹.
2. Em 28 de abril de 2017, por meio do Ofício GAB/Nº 74/FAPAC, as contas foram enviadas eletronicamente à esta Corte, o que evidencia a tempestividade de ingresso do feito, nos termos do artigo 2º, II, *h*², da Resolução-TCE n. 87, de 28 de novembro de 2013³.
3. Consoante estabelece a Portaria n. 59, de 26-03-2008, que define a tramitação dos processos no Tribunal, houve a autuação, o registro e a distribuição por parte da SECRETARIA DAS SESSÕES (fl. 2) e o encaminhamento à DIRETORIA DE AUDITORIA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA - DAFO, que se manifestou, por meio da 3ª INSPETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO, considerando **regulares** as contas apresentadas pela **FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO ACRE – FAPAC** (fls. 719/733).
4. Encaminhados os autos ao MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL, o i. Procurador Dr. Mario Sérgio Neri de Oliveira manifestou-se pela regularidade das contas apresentadas, com fundamento no artigo 51, I, da Lei Complementar Estadual n. 38/93 (fl. 738).

¹ Diretor Geral desde 1º-03-2015;

² Art. 2º Os responsáveis pelos poderes, órgãos/entidades mencionados no artigo anterior, deverão apresentar as respectivas Prestações de Contas, constituídas de todos os documentos pertinentes, especificados nos Anexos I a VIII do Manual de Referência, além das informações contábeis, financeiras, orçamentárias e patrimoniais, respeitando os prazos dispostos e a forma estabelecida nos parágrafos deste artigo.

II – até o primeiro dia útil do mês de maio do ano subsequente ao exercício findo:

h) Autarquias, Fundos e Fundações Públicas Estaduais.

³ Art. 20 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Resolução TCE-AC nº 062, de 18 de julho de 2008, a Resolução TCE-AC nº 069, de 10 de novembro de 2011, e a Resolução TCE-AC nº 074, de 12 de julho de 2012, para as prestações de contas referentes a exercícios posteriores a 2013.

Processo TCE n. 124.311 (Acórdão n. 10.898/2018/Plenário)

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

5. É o Relatório.
6. Rio Branco, 13 de setembro de 2018.

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**
Relatora

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE N° 124.311

ENTIDADE: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Acre - FAPAC

NATUREZA: Prestação de Contas

OBJETO: Prestação de Contas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Acre – FAPAC, referente ao exercício de 2016.

RESPONSÁVEL: Mauro Jorge Ribeiro

RELATORA: Cons.^a Dulcinéia Benício de Araújo

VOTO

A EXMA. SENHORA CONSELHEIRA DULCINÉIA BENÍCIO DE ARAÚJO (Relatora):

1. Tratam os autos da Prestação de Contas da **FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO ACRE – FAPAC**, relativa ao exercício de 2016, de responsabilidade do **SR. MAURO JORGE RIBEIRO**, a qual será analisada em consonância com as previsões contidas na Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000 e Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964, e, ainda, na Resolução n. 87/2013, desta Corte de Contas.

2. Nesse caminho, passo à análise dos dados insertos no processo:

a) a **PRESTAÇÃO DE CONTAS** foi elaborada em consonância com a Lei Complementar n. 101/2000, Lei n. 4.320/1964 e com a Resolução-TCE n. 87/2013, tendo sido encaminhada tempestivamente e com a documentação necessária ao seu processamento (Anexo VI do Manual de Referência, 2ª edição);

b) o **ROL DE RESPONSÁVEIS** pelo Órgão foi devidamente encaminhado, conforme o previsto no artigo 8º da Resolução-TCE n. 87/2013⁴, ressaltando-se que houve a indicação do profissional da área de contabilidade, responsável pela elaboração dos

⁴ Art. 8º Serão considerados responsáveis, para efeito desta Resolução, quando cabível:

I – o ordenador de despesas;

II – o dirigente máximo do poder, órgão ou entidade;

III – os membros de diretoria;

IV – os membros dos órgãos colegiados responsáveis por ato de gestão, definidos em lei, regulamento ou estatuto;

V – os membros dos conselhos de administração, deliberativo ou curador e fiscal;

VI – o encarregado do setor financeiro ou outro corresponsável por ato de gestão;

VII – o encarregado do almoxarifado ou do material em estoque;

VIII – o encarregado do depósito de mercadorias e bens apreendidos;

IX – os membros dos colegiados do órgão ou entidade gestora;

X – o profissional da área de contabilidade;

XI – os chefes de setor ou qualquer divisão organizacional;

XII – os gestores de contrato e engenheiros responsáveis por orçamento, contratos, obras, serviços ou fiscalização dos mesmos;

XIII – o controlador interno.

Processo TCE n. 124.311 (Acórdão n. 10.898/2018/Plenário)

demonstrativos apresentados, com a respectiva Certidão de Regularidade Profissional expedida pelo Conselho⁵.

c) prosseguindo, também foi enviado o **RELATÓRIO SINTÉTICO** dos decretos de abertura de créditos adicionais no qual **estão relacionados todos os valores relativos às anulações e suplementações orçamentárias**, ressaltando-se, ademais, que tal relatório está em consonância com o demonstrado no Balanço Orçamentário;

d) com base nas informações contidas no tópico anterior, chegou-se à conclusão que o **orçamento** previsto para o exercício de 2016, o qual foi aprovado pela Lei Estadual n. 3.098, de 29-12-2015, e estimava receitas e despesas no patamar de R\$ 2.101.000,00 (dois milhões cento e um mil reais), não foi modificado após suplementações e anulações;

e) o **demonstrativo contábil anual da execução orçamentária e financeira** foi devidamente encaminhado juntamente com seus anexos, os quais passarei a analisar:

e.1) o BALANÇO ORÇAMENTÁRIO, demonstra que a receita arrecadada foi inferior à despesa empenhada, gerando o *superavit* de R\$ 478.131,65 (quatrocentos e setenta e oito mil cento e trinta e um reais e sessenta e cinco centavos)⁶, o que demonstra uma execução orçamentária com o devido equilíbrio;

e.2) o BALANÇO FINANCEIRO refletiu fielmente as receitas e despesas orçamentárias e os recebimentos e pagamentos extra orçamentários, conjugados com o saldo proveniente do exercício anterior, cabendo destacar que o saldo do exercício de 2016 foi de R\$ 3.016.357,19 (três milhões dezesseis mil trezentos e cinquenta e sete reais e dezenove centavos);

e.3) quanto à GESTÃO PATRIMONIAL (BALANÇO PATRIMONIAL E A DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS), evidenciou as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, ressaltando-se que o

⁵ Art. 10 O arquivo contendo a remessa mensal de dados deverá ser assinado digitalmente pelo titular dos poderes, órgãos ou entidades da administração pública direta e indireta, estadual e municipal, inclusive os fundos instituídos e mantidos pelo poder público, bem como profissional responsável pela contabilidade e controlador interno.

§ 1º Todos os demonstrativos contábeis deverão conter a assinatura, o nome do profissional responsável, bem como o número de seu registro profissional regular junto ao Conselho Regional de Contabilidade.

⁶ A folha de pagamento de pessoal totalizou R\$ 1.206.327,36 (um milhão duzentos e seis mil trezentos e vinte e sete reais e trinta e seis centavos) e foi custeada pela SGA;

Processo TCE n. 124.311 (Acórdão n. 10.898/2018/Plenário)

patrimônio líquido da Fundação é de R\$ 3.112.447,84 (três milhões cento e doze mil quatrocentos e quarenta e sete reais e oitenta e quatro centavos);

f) prosseguindo, no tocante aos **DEMONSTRATIVOS DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS; DOS RECURSOS RECEBIDOS; DAS CONCESSÕES E COMPROVAÇÕES DOS SUPRIMENTOS DE FUNDOS e DAS DIÁRIAS**, bem como do **INVENTÁRIO DOS BENS MÓVEIS⁷** e **RELATÓRIO DE MOVIMENTAÇÃO DO ALMOXARIFADO**, foram apresentados de acordo com o previsto nos itens VIII, IX, XX, XXI, XXII e XXIII do Anexo VI da Resolução-TCE n. 87/2013 (2ª edição do Manual de Referência);

g) quanto aos **DEMONSTRATIVOS DOS RECURSOS CONCEDIDOS e DAS OBRAS CONTRATADAS**, previstos nos itens X e XI do Anexo VI da Resolução-TCE n. 87/2013 (2ª edição do Manual de Referência), foram apresentadas declarações de “nada consta”, consoante o disposto no § 3º do artigo 2º da mencionada norma⁸;

h) por fim, no que diz respeito ao **PARECER** emitido pelo controle interno da unidade, foi atendido o previsto no item XXIV do Anexo VI da Resolução-TCE n. 87/2013.

3. Assim, ante o exposto, **VOTO**, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei Complementar Estadual n. 38/93⁹, pela:

3.1) APROVAÇÃO da PRESTAÇÃO DE CONTAS da FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO ACRE – FAPAC, relativa ao exercício de 2016, de responsabilidade do **SR. MAURO JORGE RIBEIRO**, considerando-a **REGULAR**, e

3.2) REMESSA dos autos ao **ARQUIVO**, após as formalidades de estilo.

4. É como **VOTO**.

5. Rio Branco, 13 de setembro de 2018.

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**
Relatora

⁷ Não há bens imóveis;

⁸ § 3º Deverão ser apresentadas “Declaração de Nada Consta”, no caso da inexistência de qualquer dos itens exigidos nos Anexos de I a VIII do Manual de Referência e “Notas Explicativas” nos casos apontados no art. 11 desta Resolução;

⁹ Art. 51 - As contas serão julgadas:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos financeiros ou contábeis, e a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos de gestão responsável;
Processo TCE n. 124.311 (Acórdão n. 10.898/2018/Plenário)